



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cabe destacar que o CARC é um comitê estatutário, conforme Resolução CVM nº 23/21, composto por quatro conselheiros independentes; o CEI, criado em 22 de fevereiro de 2023, é um comitê responsável por acompanhar e supervisionar a implementação e execução do plano estratégico e as políticas de desenvolvimento sustentável da Companhia e suas controladas, além de supervisionar o posicionamento estratégico comercial, planejamento operacional e os indicadores de qualidade, definidos as respectivas metas e cronogramas; o CGNG é responsável por zelar pela contínua adoção das melhores práticas de governança corporativa e conduta empresarial, bem como supervisionar a estratégia de recursos humanos da Companhia; e o COF, criado em 22 de fevereiro de 2023, é responsável por acompanhar, discutir e recomendar as estratégias financeiras da Companhia e suas controladas, incluindo sua estrutura de capital, gestão de resultados financeiros e gestão de política de riscos. Em relação às suas Assembleias Gerais, a Oi vem, consistentemente, adotando a prática de estender o direito de voto aos titulares dos ADRs e a Companhia tomou a decisão de fazer as suas assembleias de forma 100% digital, visando facilitar e estimular a participação dos seus acionistas, bem como disponibiliza em seu website e no website da CVM e da B3, a cada convocação, um Manual e Proposta da Administração para a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais, que oferecem informações sobre as matérias a serem discutidas, modelos de procuração para os acionistas, dentre outras informações.

Gestão de riscos
A Oi acredita genuinamente na gestão de riscos como uma ferramenta indispensável para seu sucesso empresarial e atingimento de objetivos estratégicos. Trata-se de parte integrante e fundamental da governança necessária para o crescimento sustentável, rentabilidade, preservação e geração de valor para a Companhia, acionistas e clientes, dado que este processo permite a identificação não somente de ameaças, como também de oportunidades. Riscos são inerentes a qualquer atividade de negócio, por isso é preciso conhecê-los e gerenciá-los adequadamente. Um efetivo processo de gestão de riscos vai muito além de apenas estar aderente a normas e melhores práticas de mercado, é preciso ter como finalidade prevenir e gerenciar os riscos de maneira eficaz, permitindo que responsáveis, em todos os níveis da governança, tenham acesso tempestivo a informações suficientes relacionadas aos riscos aos quais estão expostos, de forma a suportar decisões e definir estratégias de mitigação que diminuam a probabilidade e minimizem eventuais impactos a nível de aceitáveis. Neste sentido, ao longo de 2023 foram inúmeras as medidas implementadas para aperfeiçoar e tornar ainda mais efetivo este processo na Companhia, entre elas destacamos:

- **Revisão do Portfólio de Riscos Corporativos para que esteja conectado com a Nova Oi** - Riscos e fatores de riscos corporativos foram atualizados junto à Alta Administração e ao Conselho de Administração com foco no plano estratégico.

- **Mapeamento e monitoramento de ações junto as áreas de negócios** - Para além de riscos corporativos estratégicos também foram mapeadas ações de redução para cada risco e fator de risco.
- **Empoderamento de risk owners e fortalecimento do accountability** - Para cada risco são designados executivos responsáveis e facilitadores que periodicamente prestam contas sobre a "jornada do risco" na Companhia.
- **Monitoramento de riscos em fóruns executivos especializados** - Estes comitês são compostos por times multidisciplinares de alto nível técnico para supervisão e assessoramento da Alta Administração sobre riscos específicos conforme natureza e escopo de cada comitê e portfólio.
- **Gestão de Riscos na Prática** - Acreditamos em um gerenciamento de riscos próximo as pessoas no dia a dia, presente em reuniões de trabalho e útil no processo de tomada de decisão, como uma ferramenta de gestão disponível. Para isto, investimos cada vez mais em treinamentos e comunicações internas que capacitem liderança, colaboradores e parceiros na gestão de riscos.

Este conjunto de iniciativas é regido pela Política de Gestão de Riscos revisada e aprovada periodicamente pelo Conselho de Administração e disponível no site de relações com investidores da Companhia, compondo um verdadeiro sistema de gerenciamento de riscos que inclui inter-relações entre riscos, estratégia, processos, pessoas, tecnologia e conhecimentos, visando a maior cobertura e abrangência possível para se antecipar e prevenir possíveis materializações e efeitos adversos.

Privacidade
Considerando o ano de Privacidade uma condição indissociável do desenvolvimento empresarial sustentável, o tema de 2023 foi um ano de manutenção dos pontos fortes e busca por incremento de nossa maturidade. Nesse sentido, foram destacados do Programa Oi de Privacidade em 2023:

- 945 Atendimentos a requisições internos, com o objetivo de promoção do *privacy by design* (avaliação de riscos em projetos, contratos, dúvidas, due diligence e afins);
- 34 Interações internas para conscientização e treinamento sobre o tema Privacidade e Segurança da Informação;
- 605 Solicitações de direitos de titulares de dados atendidas, via portal de privacidade;
- Estruturação de novo processo centralizado para avaliação de riscos de privacidade, governança e segurança da informação, primando pela avaliação ágil e cessa entre as áreas técnicas.

Além disso, sustentamos uma atuação diligente e proativa em consultas públicas e tomadas de subsídio para regulamentação da LGPD no Brasil, seja de forma individual, seja em conjunto com demais atores do setorial e/ou cross setorial.

Conformidade
Em 2023, a Oi com o apoio de ferramentas e com foco em prevenção, detecção, remediação e monitoramentos realizou a melhoria contínua do Programa de Conformidade, destacamos a seguir algumas ações:

- **Comunicação:** Campanhas diversas foram realizadas para disseminar a cultura de Conformidade dentro da Companhia, tratando de temas como Brindes e Presentes, Relacionamento com Agentes Públicos, Canal de Denúncias, entre outros;
- **Canal de Denúncias:** Foram recebidas 501 denúncias através do canal e 17% dessas denúncias foram classificadas com procedente, resultando em aplicação de 55 medidas disciplinares;
- **Diligência de Terceiros:** O nosso processo de Análise de Integridade foi aprimorado, buscando maior otimização, trilha de auditoria de toda a cadeia e incremento na maturidade das avaliações;
- **Monitoramento:** Reforçamos os controles e trabalhamos na melhoria contínua e no monitoramento de ações do Programa de Conformidade, principalmente, através do acompanhamento dos nossos *red flags* automatizados que visam dar maior eficiência ao processo.
- **Posicionamento:** Fomos homenageados pelo Instituto Ethos pela parceria e fomento dos temas de Conformidade e ESG no mercado.
- **Reconhecimento:** Fomos premiados pela CGU e recebemos o Selo de empresa Pró-Etíca 2/23.

Nossa reputação é um dos nossos maiores ativos, e para garantir que ela seja preservada contamos com direcionadores que orientam a conduta dos nossos colaboradores, terceiros, parceiros de negócio e fornecedores, reforçando o compromisso ético da Oi em todas as relações, promovendo a transparência e o fortalecimento de nossos valores organizacionais.

Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios
Diretamente conectado ao gerenciamento de riscos, o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (SGCN) da Oi visa a prevenção e tratamento de eventos que possam afetar a continuidade dos seus negócios e operações, preservando ativos e a prestação dos serviços para o que temos de mais valioso, nossos clientes. A metodologia do SGCN Oi é baseada na ISO 22301, melhores práticas de mercado e requisitos regulatórios, e consiste no desenvolvimento de planos estruturados multidisciplinares e integrados em um ciclo composto das etapas de Planejamento, Preparação, Resposta, Retomada e Melhoria Contínua, incluindo para além de medidas preventivas, protocolos de gerenciamento de crises e tempestivo tratamento de eventos de risco de modo a assegurar o prosseguimento dos processos de negócio mais críticos, evitando que eles sofram danos significativos e provoquem perdas. Vale destacar ainda que em 2023 a Oi evoluiu o seu Sistema de Gerenciamento de Continuidade de Negócios (SGCN) reforçando a maturidade do tema na Companhia e aprimorando a capacidade de resposta aos cenários de crise trabalhados no período de 2023. Acreditamos e no que estamos engajados, em um SGCN que proteja acima de tudo, nossos clientes e garanta bases sólidas para nossas operações no presente e no futuro.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.383.957	2.579.846	1.790.329	3.005.731
Aplicações financeiras	8	393.200	207.258	393.200	207.258
Instrumentos financeiros derivativos		79	833	79	833
Créditos com partes relacionadas	26	31.331	30.942		
Contas a receber	9	1.685.609	1.841.982	1.799.503	2.042.703
Estoques		175.748	222.162	230.049	293.728
Tributos correntes a recuperar	10	19.174	217.064	209.070	252.606
Outros tributos	11	679.660	365.441	754.922	377.932
Depósitos e bloqueios judiciais	12	376.980	510.140	538.087	651.593
Dividendos e juros sobre o capital próprio	26	6.074	12.282	50	23
Ativo relacionado aos fundos de pensão	24	664	779	664	779
Despesas antecipadas	13	1.271.395	957.910	1.296.192	912.781
Demais ativos	14	1.030.929	1.288.673	754.381	1.051.932
		7.227.367	8.235.312	7.766.526	8.797.899
Ativos não circulantes mantidos para venda	28	9.966	752.697	9.966	752.697
		7.237.333	8.988.009	7.776.492	9.550.596
Não circulante					
Créditos com partes relacionadas	26	10.030.058	9.748.188		
Aplicações financeiras	8	10.397	10.166	10.397	10.166
Tributos diferidos a recuperar	10	1.136.400	333.540	1.136.400	323.658
Outros tributos	11	223.067	574.960	223.844	575.873
Depósitos e bloqueios judiciais	12	4.024.374	4.219.246	4.094.384	4.289.140
Ativo relacionado aos fundos de pensão	24		6.101		6.101
Despesas antecipadas	13	745.612	956.424	745.612	956.424
Demais ativos	14	775.567	498.669	775.587	388.356
Investimentos	15	7.749.211	9.686.967	7.386.794	8.005.988
Imobilizado	16	3.517.236	3.448.989	3.567.765	5.071.782
Intangível	17	395.096	399.395	406.886	438.014
		28.607.018	29.882.645	18.347.469	20.065.502
Total do ativo		35.844.351	38.870.654	26.123.961	29.616.098

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Fornecedores	18	5.047.057	3.807.462	4.871.350	3.727.918
Salários, encargos sociais e benefícios		376.297	402.972	555.256	590.225
Instrumentos financeiros derivativos		797	833	797	833
Empréstimos e financiamentos	19	4.616.235	1.623.554	4.616.235	1.623.554
Tributos correntes a recolher	10	906	909	10.809	12.631
Outros tributos	11	461.107	455.870	495.534	493.991
Dividendos e juros sobre o capital próprio		5.495	5.500	5.495	5.500
Arrendamentos a pagar	20	938.892	620.778	950.983	642.935
Programa de refinanciamento fiscal		134.308	138.060	135.938	139.488
Provisões	21	478.221	780.116	698.211	955.644
Demais obrigações	22	1.900.743	1.898.861	1.944.891	1.992.322
		13.960.058	9.735.115	14.285.499	10.185.041
Não circulante					
Fornecedores	18	570.862	389.421	550.643	408.813
Empréstimos e financiamentos	19	19.844.827	19.761.024	20.869.622	20.678.937
Débitos com partes relacionadas	19 e 26	3.720.086	3.251.863		
Outros tributos	11	2.409.859	2.227.912	2.443.413	2.263.652
Arrendamentos a pagar	20	2.738.989	2.486.247	2.740.549	2.489.147
Programa de refinanciamento fiscal		177.652	287.289	183.857	287.289
Provisões	21	3.179.664	2.738.129	3.525.868	3.101.335
Provisões para fundos de pensão	24	794.732	897.318	794.732	897.318
Provisão para patrimônio líquido negativo	15	7.747.143	7.822.136		
Demais obrigações	22	8.018.828	11.533.005	8.013.173	11.550.568
		49.202.642	51.014.344	39.121.857	41.277.659
Patrimônio líquido					
Capital		32.538.937	32.538.937	32.538.937	32.538.937
Custo de emissão de ações		(801.073)	(801.073)	(801.073)	(801.073)
Reservas de capital		3.911.344	3.948.946	3.911.344	3.948.946
Ações em tesouraria		(33.315)	(33.315)	(33.315)	(33.315)
Prejuízos acumulados		(63.298.133)	(57.902.972)	(63.298.133)	(57.902.972)
Outros resultados abrangentes		363.891	370.672	363.891	370.672
		(27.318.349)	(21.878.805)	(27.318.349)	(21.878.805)
Participação dos não controladores			34.954	32.803	
Total do Patrimônio Líquido		(27.318.349)	(21.878.805)	(27.283.395)	(21.846.002)
Total do passivo e patrimônio líquido		35.844.351	38.870.654	26.123.961	29.616.098

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

Receita operacional líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(8.776.012)	(10.862.774)	(8.284.111)	(10.683.493)
Lucro (Prejuízo) bruto		368.530	(1.058.189)	433.589	(198.263)
Recargas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	5 e 15	(89.119)	(29.215)	110.154	(2.970)
Despesas com vendas	5	(2.351.140)	(2.115.448)	(1.956.691)	(2.004.862)
Despesas gerais e administrativas	5	(1.442.010)	(1.623.473)	(1.671.122)	(1.951.377)
Outras receitas operacionais	5	5.438.667	1.634.178	5.549.796	1.665.231
Outras despesas operacionais	5	(1.902.823)	(1.132.516)	(2.179.326)	(1.523.560)
Perda ao valor recuperável dos ativos	5	(2.001.906)	(14.249.077)	(2.091.587)	(14.249.077)
		(2.348.311)	(17.515.551)	(2.238.776)	(18.066.615)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos					
Receitas financeiras	5 e 6	(1.979.801)	(18.573.740)	(1.805.187)	(18.264.878)
Despesas financeiras	5 e 6	2.438.232	4.052.282	1.982.945	3.577.196
Resultado financeiro	5 e 6	(741.569)	(17.521.458)	(1.822.242)	(14.687.682)
Prejuízo antes das tributações		(5.063.575)	(3.159.713)	(5.200.162)	(3.358.625)
Imposto de renda e contribuição social	7	(26.103)	(130.565)	(60.850)	(135.446)
Corrente		1.086.425	(2.363.075)	1.096.307	(2.465.582)
Diferido		(5.973.054)	(24.227.093)	(5.969.892)	(24.224.531)
Prejuízo das operações continuadas					
Operações descontinuadas					
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	28	542.136	4.958.597	542.136	4.958.597
Prejuízo do exercício		(5.430.918)	(19.268.496)	(5.430.918)	(19.268.496)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores		(5.430.918)	(19.268.496)	(5.430.918)	(19.268.496)
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores				3.162	2.562
Prejuízo alocado às ações ordinárias - básicas e diluídas		(5.288.776)	(18.764.016)	(5.288.776)	(18.764.016)
Média ponderada das ações em circulação		(142.142)	(504.478)	(142.142)	(504.478)
Ações ordinárias - básicas e diluídas		580.126	579.825	580.126	579.825
Ações preferenciais - básicas e diluídas		15.592	15.592	15.592	15.592
Prejuízo básico e diluído por ação:	23(d)				
Ações ordinárias - básicas e diluídas (R\$)		(9,12)	(32,36)	(9,12)	(32,36)
Ações preferenciais - básicas e diluídas (R\$)		(9,12)	(32,36)	(9,12)	(32,36)
Prejuízo básico e diluído por ação - Operações continuadas:	23(d)				
Ações ordinárias - básicas e diluídas (R\$)		(10,03)	(40,68)	(10,03)	(40,68)
Ações preferenciais - básicas e diluídas (R\$)		(10,03)	(40,68)	(10,03)	(40,68)
Lucro básico e diluído por ação - Operações descontinuadas:	23(d)				
Ações ordinárias - básicas e diluídas (R\$)		0,91	8,33	0,91	8,33
Ações preferenciais - básicas e diluídas (R\$)		0,91	8,33	0,91	8,33

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

Prejuízo do exercício	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	(5.430.918)	(19.268.496)	(5.427.756)	(19.265.934)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado Resultado na contabilidade de "hedge"	102	(150)	102	(150)
Varição cambial de investimentos no exterior	90	3.274	(921)	822
	192	3.124	(819)	672
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Remuneração de obrigações de benefícios pós-emprego	(6.973)	(18.005)	(6.973)	(18.005)
Resultado abrangente de operações continuadas	(6.781)	(14.881)	(7.792)	(17.333)
Total do resultado abrangente do exercício	(5.437.699)	(19.283.377)	(5.435.548)	(19.283.267)
Resultado abrangente atribuído ao acionista controlador	(5.437.699)	(19.283.377)	(5.437.699)	(19.283.377)
Resultado abrangente atribuído ao acionista não controlador			2.151	110

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

Capital social	Custo de emissão de ações		Reservas de capital	Ações em
----------------	---------------------------	--	---------------------	----------

continuação



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

cautelar proferida em 17 de agosto de 2023, (“Decisão Liminar Sucata”). Por esta razão, o Contrato Sucata, os Instrumentos de Garantia e demais documentos correlatos foram celebrados sob condição suspensiva, na forma da legislação vigente. Em 24 de novembro de 2023, foi verificada a condição suspensiva mencionada acima, passando, a partir da referida data, a serem plenamente eficazes o Contrato Sucata e demais documentos correlatos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Operação Cobre gerou uma redução significativa do passivo do Contrato LTLA no montante de R\$ 3.051 milhões (Nota 22 (i)), em alinhamento com a estratégia e os objetivos do plano de reestruturação da Companhia.

Incorporação da empresa **Bérgamo Participações Ltda. (“Bérgamo”)** pela Companhia

Em 1 de dezembro de 2022, foi realizada AGE da Oi, na qual foi aprovada a operação de incorporação da empresa Bérgamo pela Companhia, com eficácia a partir de 2 de janeiro de 2023.

O acervo líquido da empresa, no valor de R\$ 1.422.619, conforme laudo de avaliação de seu patrimônio líquido contábil, se constituiu de ativos relacionados a equipamentos de transmissão ópticos (“*Optical Network Terminal*” – ONT) e foi incorporado ao patrimônio da Companhia. Por se tratar de ativos de subsidiária integral da Oi, a referida incorporação não resultou em aumento do patrimônio líquido da Companhia.

Empresas subsidiárias da Companhia

As participações detidas no capital das subsidiárias da Companhia, estão demonstradas abaixo:

Empresas relacionadas às operações continuadas

Empresa	Atividade	País sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
			2023	2023	2022	2022
Oi Brasil Holdings Cooperative U.A. – Em Recuperação Judicial	Obtenção de fundos no mercado internacional	Holanda	100%		100%	
Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial	Obtenção de fundos no mercado internacional	Holanda	100%		100%	
CVTEL, BV	Gestão de investimentos	Holanda	100%		100%	
Rio Alto Investimentos e Participações S.A. (Rio Alto)	Gestão de carteira de direitos creditórios e participação em outras sociedades	Brasil	100%		100%	
Oi Serviços Financeiros S.A. (Oi Serviços Financeiros)	Serviços financeiros	Brasil	100%		100%	
	Prestação de serviço de telecomunicações e serviço de tecnologia da informação, no Brasil e no exterior	Brasil	100%		100%	
Oi Soluções S.A. Serede – Serviços de Rede S.A. (“Serede”)	Serviços de rede	Brasil	100%		100%	
Brasil Telecom Call Center S.A. (“Tahot”)	Serviços de centrais de atendimento	Brasil	100%		100%	
Pointer Networks S.A. (“Pointer”)	Marketing Internet/Wifi	Brasil	100%		100%	
Lemvig RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (“Lemvig”)	Infraestrutura passiva própria para exploração de serviços de telecomunicações por terceiros	Brasil	100%		100%	
	Prestação de serviços de telecomunicações e participação em outras sociedades	Brasil	100%		100%	
Bérgamo Participações Ltda. (“Bérgamo”) VEX Ukraine LLC	Internet Wifi	Ucrânia		40%		40%
PT Participações, SGPS, S.A. (“PT Participações”)	Gestão de participações sociais	Portugal	100%		100%	
	Serviços de consultoria e gestão de negócios, elaboração de projetos e estudos econômicos e gestão de investimentos	Portugal		100%		100%
Oi Investimentos Internacionais S.A. (Oi Investimentos)	Gestão de investimentos	Alemanha		100%		100%
Atracatel Management GmbH	Gestão de investimentos	Holanda		86%		86%
	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimídia e tecnologias de informação em Timor	Portugal		76,14%		76,14%
TPT - Telecomunicações Públicas de Timor, S.A. (“TPT”)	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor	Timor		44,17%		44,17%

*Vide Nota 1.

**Vide Nota 29.

As participações em negócios em conjunto e participação em coligadas são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	País sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
			2023	2023	2022	2022
V.tal – Rede Neutra de Telecomunicações S.A.	Telecomunicações em geral	Brasil	29,65%	1,56%	34,12%	
	Execução, conclusão e exploração comercial de redes subterâneas de dutos para fibras óticas, nos termos do Contrato de Consórcio Refibra	Brasil	50%		50%	
Companhia AIX de Participações (“AIX”)	Assessoria técnica e fiscalização das atividades vinculadas ao Consórcio Refibra	Brasil	50%		50%	
Companhia ACT de Participações (“ACT”)	Refibra	Brasil	50%		50%	
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”)	Financeira	Brasil	50%		50%	

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia (“Demonstrações Financeiras”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro, “*International Financial Reporting Standards*” (IFRS), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (IASB) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS®”), incluindo as interpretações emitidas pelo “*IFRS Interpretations Committee*” (“*IFRIC*” *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, “*Standing Interpretations Committee*” (“*SIC*” *Interpretations*”). Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no item (b) das políticas contábeis a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo Oi. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

(b) Principais políticas contábeis

Críticos de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativo e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 8).

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, Europa e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Oi são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de “*hedge*” (“*hedge accounting*”) e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de “*hedge*” de fluxo de caixa.

Empresas do Grupo Oi com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo Oi, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	2023	2022	2023	2022
Euro	5,3516	5,5694	5,4023	5,4420
Dólar Norte Americano	4,8413	5,2177	4,9953	5,1655

Informações por segmentos

O Conselho de Administração da Companhia, que é o principal tomador de decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que exclui as operações descontinuadas e que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que demandem divulgação como segmento de negócio reportável. Esses negócios relacionam-se essencialmente à empresa Timor Telecom S.A., a qual presta serviços de telecomunicações fixa e móvel.

A geração de receita é avaliada pelo Conselho de Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias: Oi Fibra, com foco na venda de serviços de banda larga, voz fixa e IPTV, para clientes residenciais e pequenas empresas; Oi Soluções, que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de médio e grande porte, além dos serviços Digitais e de TI; e Serviços Legados, que incluem os serviços relacionados à tecnologia de cobre, TV DTH e serviços regulados de atacado. Informações sobre os segmentos são apresentados na Nota 25.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo (Nota 8).

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados de acordo com a sua finalidade em: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) valor justo por meio do resultado. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração: (1) ativos mensurados ao custo amortizado ou seja, ativos financeiros que atendem às seguintes condições: (i) o modelo de negócios sob o qual os ativos financeiros são mantidos para obter fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas especificadas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto (contas a receber, empréstimos e equivalentes de caixa). O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”; (2) ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e “*impairment*” são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; e (3) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Contas a receber

As contas a receber decorrem, principalmente, de serviços prestados de telecomunicações faturados e de serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, classificadas como a custo amortizado e não diferem de seus valores justos, liquidadas da provisão para perdas esperadas.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes baseada na experiência da perda de crédito histórica de acordo com dados observáveis para refletir os efeitos das condições atuais e futuras, desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. A Companhia presume risco de crédito de um ativo financeiro desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais ainda não estão vencidos, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for altamente provável. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio e, então, para os ativos e passivos remanescentes em base pró-rata.

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Companhia. A classificação de operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda.

Os ativos e os passivos diretamente associados que atendem aos critérios de reconhecimento como ativos mantidos para venda e operações descontinuadas são apresentados na Nota 28.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia (Nota 15).

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente (Nota 16).

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos de longa duração são revisados para a verificação quanto ao valor recuperável de ativos “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável, de acordo com as melhores previsões a respeito de seu desempenho futuro. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso.

Para o propósito de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa.

A Companhia agrupa as unidades geradoras de caixa nas UGCs: (i) Oi Fibra/Oi Soluções, (ii) Oi Serviços Legados e (iii) Serviços de Manutenção de Rede (Serede).

Os ativos das referidas UGCs incluem:

- Oi Fibra e Oi Soluções – ativos secundários de infraestrutura instalados nas dependências dos clientes e interligados a rede externa de fibra da coligada V.tal, para provimento de serviços de dados em alta velocidade, serviços digitais e serviços de TI.
 - Serviços Legados - ativos de infraestrutura para o provimento de serviços de telecomunicações de clientes de voz e dados decorrentes do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e TV DTH.
 - Serviços de Manutenção de Rede - ativos necessários ao provimento da prestação de serviços de operações de manutenção e instalação de campo pela controlada Serede.
- Os cálculos requerem o uso de julgamentos, estimativas e premissas significativas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, como tendências econômicas, tendências da indústria, taxas de juros do setor, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos fornecidos pela Companhia para o mercado. A Administração utiliza o orçamento aprovado pela Companhia como ponto de partida para elaboração do modelo de cálculo. As premissas utilizadas no cálculo estão sujeitas a riscos e incertezas e podem mudar as projeções da Companhia e, portanto, podem afetar o valor recuperável dos ativos.
- Para fins de teste de redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia considerou o valor em uso através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros relacionados a cada UGC, considerando premissas em bases nominais. A taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital de 15,35%. A taxa de desconto equivalente para o mesmo valor em uso, sem o efeito de fluxo de pagamento de imposto sobre a renda, é de 23,08%.

Após a aplicação dos critérios de avaliação das três UGCs, foi verificado um indicativo de que os valores recuperáveis dos ativos relacionados a UGC Oi Serviços Legados e UGC Serviços de Manutenção de Rede poderiam estar inferiores aos seus valores contábeis.

No que se refere a UGC Oi Serviços Legados, a Companhia considerou a projeção até 2025, de acordo com o prazo da concessão do STFC.

As demais principais premissas utilizadas neste teste estão relacionadas a queda nas receitas de cessação de telefonia fixa associada com as despesas fixas elevadas da operação.

Os resultados dos testes de “*impairment*” indicaram a necessidade de provisão para perdas complementar aos ativos relacionados a UGC Oi Serviços Legados no valor de R\$ 1.151 milhões (2022 – R\$ 14.108 milhões), acrescidos de uma perda com “*impairment*” para os ativos relacionados com TV DTH no valor de R\$ 421 milhões (2022 - R\$ 141 milhões) e para ativos relacionados a UGC Serviços de Manutenção de Rede no valor de R\$ 90 milhões. Os montantes foram reconhecidos na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 como “Perda ao valor recuperável dos ativos”. Informações adicionais nas Notas 5, 16 e 17.

A Companhia também realizou testes de “*impairment*” para as UGCs Oi Fibra/Oi Soluções, seguindo os mesmos critérios de avaliação. Por se tratar de negócios sem expectativa de término, o fluxo foi estimado em sua perpetuidade baseada, principalmente, nas expectativas e projeções de crescimento dos negócios para os próximos anos. As demais premissas utilizadas nestes testes estão relacionadas principalmente ao crescimento das receitas e margem de lucro. O resultado desse teste de “*impairment*” não indicou nenhuma necessidade de provisão para perdas para essas UGCs. Entretanto, a Companhia reconheceu provisão para perdas na baixa de ativos, da respectiva UGC, por obsolescência tecnológica, no montante de R\$ 423 milhões.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Para fins de registro, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e taxas de juros explícita, e em certos casos implícita dos passivos.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Nos termos e condições do PRJ Original e do Aditamento ao PRJ, certos saldos de fornecedores e processos judiciais no âmbito da ANATEL, de acordo com o instrumento de repactuação e transação celebrado com a ANATEL, foram ajustados ao valor justo na data da novação dos passivos concursais e na data da celebração do acordo, respectivamente, de acordo os requerimentos previstos no IFRS 9 / CPC 48, equivalente ao valor presente à época, calculado com base em avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e premissas relacionadas às taxas de desconto, consistentes com o vencimento e a moeda de cada passivo financeiro.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado através do desconto dos fluxos de pagamentos futuros fixos, que não consideram a inflação projetada, utilizando a taxa de juros incremental, de acordo com as condições de mercado, estimada com o “*spread*” de risco intrínseco da Companhia. Adicionalmente, ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil, bem como receitas a apropriar provenientes da cessão de torres fixas são ajustadas a valor presente.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado, atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício (Nota 19). Na data da reestruturação/novação dos passivos financeiros sujeitos à recuperação judicial, a Companhia reconhece os compromissos de empréstimos e financiamentos a valor justo, conforme requerimentos previstos no IFRS 9 / CPC 48. O valor justo, na data da reestruturação de cada passivo financeiro, é calculado com base em avaliação interna e leva em consideração os fluxos de caixa desses passivos e premissas relacionadas às taxas de desconto, consistentes com o vencimento e a moeda de cada passivo financeiro.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso na conta de imobilizado e um passivo de arrendamento mercantil na conta de arrendamentos a pagar em seu balanço patrimonial com relação aos ativos arrendados. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que consiste no valor inicial da mensuração do passivo de arrendamento mercantil, acrescidos de custos diretos iniciais incorridos, estimativa de custos para desmontar e remover o ativo no final do arrendamento, outros pagamentos feitos antes da data de início do arrendamento, e calculados a valor presente, descontados pela taxa de empréstimo incremental. As taxas de desconto utilizadas foram obtidas de acordo com as condições de mercado, estimadas com o “*spread*” de risco intrínseco da Companhia.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos (Nota 21).

Para a mensuração do valor das provisões a constituir a Companhia adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística; e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo. O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos tem individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo a Companhia faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 / IAS 37, bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as trabalhistas e cível (PEX e JEC).

O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo a Companhia faz uso de pareceres externos de especialistas nas áreas abrangidas para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e cível estratégico.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Obrigação onerosa

A Companhia reconhece uma obrigação presente quando eventos tornam a contratação de serviços onerosa.

O contrato se torna oneroso quando: (i) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato; e (ii) os custos são inevitáveis.

A Companhia mensura a obrigação onerosa de acordo com o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (i) no custo de cumprir o contrato ou (ii) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois o menor.

As premissas base do cálculo da obrigação onerosa deverão ser periodicamente reavaliadas e mensurada sempre que ocorrer mudanças significativas dessas premissas.

Benefícios a empregados

Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência (Nota 24).

A Companhia conta com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos

continuação



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(26.103)	(130.565)	(60.850)	(135.446)
Tributos correntes	1.086.425	(2.363.075)	1.096.307	(2.465.582)
Tributos diferidos (Nota 10)	1.060.322	(2.493.640)	1.035.457	(2.601.028)
Total	2.152.752	(4.987.280)	2.122.014	(5.102.056)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo antes das tributações IRPJ e CSLL	(7.033.376)	(21.733.453)	(7.005.349)	(21.623.503)
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	2.391.348	7.389.374	2.381.819	7.351.991
Equivalência patrimonial	(30.300)	(9.933)	37.452	(1.010)
Exclusões (adições) permanentes (i)	(1.430.710)	(1.885.173)	(646.341)	(3.201.148)
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 10)	129.984	(7.987.908)	(739.983)	(6.694.513)
Eleito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior (ii)			2.510	(56.348)
Efeito de IRPJ+CSLL na demonstração de resultado	1.060.322	(2.493.640)	1.035.457	(2.601.028)

(i) Os efeitos tributários de adições permanentes estão representados, principalmente, pelos efeitos de variação cambial sobre ajustes a valor justo dos passivos reestruturados incluídos no PFR, sendo que em 2022, é devido considerar, inclusive, a alienação das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo.

(ii) Eleitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentam históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são mensurados pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Contas bancárias	11.502	352.923	462.934	719.718
Equivalentes de caixa	1.272.455	2.226.923	1.327.935	2.286.013
Total	1.283.957	2.579.846	1.790.869	3.005.731

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Operações compromissadas (i)	1.080.576	1.395.594	1.104.377	1.452.400
CDB - Certificado de Depósito Bancário	173.168	753.331	198.836	755.292
Títulos privados (ii)	15.257	73.241	20.847	73.527
Outros	3.454	4.757	3.535	4.794
Equivalentes de caixa	1.272.455	2.226.923	1.327.935	2.286.013

(b) Aplicações financeiras de curto e longo prazos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Títulos privados (iii)	387.092	196.754	387.092	196.754
Títulos públicos	16.505	20.670	16.505	20.670
Total	403.597	217.424	403.597	217.424

(i) Representado, principalmente, por fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa SELIC. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

(ii) Representados, principalmente, por letras financeiras de bancos privados com remuneração atrelada à taxa CDI e de liquidez imediata.

(iii) Representados, principalmente, pelos investimentos com rentabilidade atrelada às taxas SELIC e CDB.

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark" o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.

9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Serviços faturados	1.430.462	1.389.108	1.531.790	1.570.236
Serviços a faturar	579.041	712.848	626.968	772.453
Subtotal	2.009.503	2.101.956	2.158.758	2.342.689
Perdas esperadas em contas a receber de clientes (323.894)	(323.894)	(259.974)	(359.255)	(299.986)
Total	1.685.609	1.841.982	1.799.503	2.042.703

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	1.442.098	1.548.006	1.591.353	1.788.739
Vencidas até 60 dias	311.381	325.527	311.381	325.527
Vencidas de 61 a 90 dias	61.709	67.124	61.709	67.124
Vencidas de 91 a 120 dias	63.999	65.190	63.999	65.190
Vencidas de 121 a 150 dias	56.277	50.381	56.277	50.381
Vencidas acima de 150 dias	74.039	45.729	74.039	45.729
Total	2.009.503	2.101.956	2.158.758	2.342.689

As movimentações nas perdas esperadas em contas a receber de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Saldo em 01/01/2022			(451.688)	(629.305)
Incorporação Oi Móvel			(104.318)	
Perdas esperadas em contas a receber de clientes			(177.421)	(187.784)
Baixa de contas a receber de clientes incorráveis			473.453	517.103
Saldo em 2022	(259.974)	(299.986)	(259.974)	(299.986)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes			(263.799)	(268.662)
Baixa de contas a receber de clientes incorráveis			199.879	209.393
Saldo em 2023	(323.894)	(359.255)	(323.894)	(359.255)

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	51.883	84.104	61.255	90.609
CS a recuperar (ii)	5.336	10.792	10.036	21.126
IRRF/CS - Impostos retidos na fonte (ii)	134.522	122.168	137.779	140.871
Total circulante	191.741	217.064	209.070	252.606
Tributos diferidos a recuperar				
IR e CS sobre diferenças temporárias ¹	1.136.400	333.540	1.136.400	323.658
Total não circulante	1.136.400	333.540	1.136.400	323.658

¹ Vide quadro de movimentação abaixo.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	666	668	10.177	11.577
CS a pagar	240	241	632	1.054
Total circulante	906	909	10.809	12.631

(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais.

(ii) Créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA		Reconhecido no resultado de IRCS diferidos (Operação continuada)	Reconhecido no resultado de IRCS diferidos (Operação descontinuada)	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Adições/Compensações	Saldo em 2023
	2023	2022					
Tributos diferidos ativos com relação a:							
Diferenças temporárias							
Provisões	916.403	29.194					947.597
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	44.337	19.777					64.114
Provisões para fundos de pensão	(200.038)	301		2.371			(197.366)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	340.528	(49.832)					290.696
Participação nos lucros	51.006	(6.732)					44.274
Variações cambiais	4.862.235	(730.001)					4.132.234
Agio incorporado (ii)	560.218	(282.771)					277.447
Outras operações	2.698.139	(1.638.707)					1.059.432
Arrendamentos	303.624	753					311.177
Alienação de investimentos	654.164	(467.935)					186.229
Provisão para perda ao valor recuperável dos ativos	3.958.889	(163.273)					3.795.616
Outras adições e exclusões temporárias	1.114.110	650.025					1.764.135
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	15.308.675	(2.641.401)		2.371			12.669.645
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (ii)	5.756.436	3.535.193	(279.282)		(4.283)		9.000.064
Total de tributos diferidos ativos	21.065.111	883.792	(279.282)		2.371	(4.283)	21.671.709
Tributos diferidos passivos							
Diferenças temporárias	(753.449)	62.649					(690.800)
Provisão ao valor de recuperação (ii)	(19.738.525)	129.884			(2.371)		(19.609.012)
Total de tributos diferidos - Ativo (Passivo)	333.540	1.086.425	(279.282)		(4.283)		1.136.400

	CONSOLIDADO		Reconhecido no resultado de IRCS diferidos (Operação continuada)	Reconhecido no resultado de IRCS diferidos (Operação descontinuada)	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Adições/Compensações	Saldo em 2023
	2023	2022					
Tributos diferidos ativos com relação a:							
Diferenças temporárias							
Provisões	931.472	24.793					956.265
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	44.337	19.777					64.114
Provisões para fundos de pensão	(200.038)	301		2.371			(197.366)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	340.528	(49.832)					290.696
Participação nos lucros	51.006	(6.732)					44.274
Variações cambiais	4.467.823	(1.080.663)					3.387.160
Agio incorporado (ii)	560.218	(282.771)					277.447
Outras operações	2.698.139	(1.638.707)					1.059.432
Arrendamentos	303.624	753					311.177
Alienação de investimentos	654.164	(467.935)					186.229
Provisão para perda ao valor recuperável dos ativos	3.958.889	(163.273)					3.795.616
Outras adições e exclusões temporárias	1.082.695	703.701					1.786.396
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	14.896.517	(2.394.149)		2.371			11.504.739
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (ii)	8.841.108	4.708.225	(279.282)		(4.283)		13.265.768
Total de tributos diferidos ativos	23.737.625	1.774.076	(279.282)		2.371	(4.283)	25.230.507
Tributos diferidos passivos							
Diferenças temporárias	(753.449)	62.649					(690.800)
Provisão ao valor de recuperação (ii)	(19.738.525)	129.884			(2.371)		(19.609.012)
Total de tributos diferidos - Ativo (Passivo)	333.540	1.086.425	(279.282)		(4,283)		1.136.400

(i) Referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágio pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009.

(ii) A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável de ativo fiscal diferido, caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseado em demonstrativo de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentado em estudo técnico de viabilidade, e no confronto da estimativa das parcelas anuais de realização das diferenças temporárias ativas e passivas. A provisão para redução ao valor recuperável é revertida na medida em que se torne provável que o lucro tributável esteja disponível. Em 2023, a Companhia mantém créditos de tributos diferidos relativos a expectativa de geração de lucros tributários nos próximos doze meses, a serem obtidos, substancialmente, com a renegociação de dívidas no âmbito da recuperação judicial.

O estoque de prejuízos fiscais no Brasil e de controladas no exterior é de aproximadamente R\$ 28.404.922 e R\$ 14.432.380, e correspondem a R\$ 9.657.673 e R\$ 3.608.095 de tributos diferidos ativos, respectivamente, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro.

11. OUTROS TRIBUTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
ICMS a recuperar (i)	366.626	399.589	369.073	410.223
PIS e COFINS a recuperar (ii)	498.020	502.689	567.588	502.714
Outros	38.081	38.123	41.635	40.868
Total	902.727	940.401	978.566	953.805
Circulante	679.660	365.441	754.922	377.932
Não circulante	223.067	574.960	223.644	575.873

(i) ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desde imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) A Companhia registra valores referentes a recolhimento indevido ou a maior, bem como créditos de insumo, observado o prazo prescricional. Cabe salientar que em dezembro de 2022 a Companhia registrou R\$ 300.791 de crédito de insumo do período de 2018 a 2022.

(iii) Representado, principalmente, pela tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

(iv) A Companhia e a Oi Móvel ajustaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suspender a exigibilidade da cobrança, tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores.

(v) A Companhia em conjunto com outras empresas do setor, ajustaram ação objetivando afastar a obrigatoriedade ao recolhimento das Taxas de Fiscalização de Instalação (TFI) e de Funcionamento (TFF). Foi proferida sentença que indeferiu os pedidos, ocasionando a interposição de recurso. Com relação a TFF relativa ao ano de 2020 e a pendência de julgamento do mencionado recurso, foi formulado pedido de antecipação de tutela recursal, deferido em 18 de março de 2020, para suspender a sua exigibilidade. Esse pedido foi renovado para o exercício de

continuação



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, os bens integrantes do patrimônio das Concessionárias, que sejam indispensáveis à prestação do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado, previstos nos referidos contratos são denominados reversíveis. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo residual dos bens reversíveis é de R\$ 6.230.810 (2022 - R\$ 7.637.375), sendo R\$ 4.218.287 (2022 - R\$ 5.528.360) na controladora e R\$ 2.012.523 (2022 - R\$ 2.109.015) na coligada Vtal, composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comunicação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

Movimentação dos direitos de uso - arrendamentos

	CONTROLADORA					
	Torres	Espaço físico	Veículos	Imóveis	Energia distribuída	Total
Custo do arrendamento (valor bruto)						
Saldo em 01/01/2022	2.712.801	446.342	25.627	17.081	14.439	3.216.290
Incorporação de controladas	42.403	249.838	194	50.039	11.459	353.933
Modificações contratuais	143.722	167.527	22.487	8.135	2.474	344.345
Adições	336.403	73.657	810	32.427	79.602	522.899
Baixas	(93.769)	(277.018)	(10.298)	(50.537)	(431.622)	(1.003.244)
Saldo em 2022	3.141.560	660.346	38.820	57.145	107.974	4.005.845
Modificações contratuais	212.171	32.048	(8.938)	12.708	247.989	483.978
Adições	876.150	14.479	(147.896)	28.276	918.905	1.071.008
Baixas	(58.819)	(147.896)	(28.596)	(2.713)	(238.374)	(547.898)
Saldo em 2023	4.171.062	558.987	38.820	48.207	148.958	4.966.034
Depreciação acumulada						
Saldo em 01/01/2022	(511.506)	(149.977)	(20.635)	(15.657)	(1.701)	(699.476)
Incorporação de controladas	(59.657)	(58.158)	(25)	(22.284)	(693)	(140.817)
Despesas de depreciação	(219.863)	(129.609)	(11.998)	(8.738)	(5.066)	(375.274)
Baixas	25.676	105.513	8.772	37.070	177.031	344.063
Saldo em 2022	(765.350)	(232.231)	(23.886)	(9.609)	(7.460)	(1.038.536)
Despesas de depreciação	(111.927)	(55.776)	(8.416)	(8.416)	(176.119)	(260.635)
Baixas	19.053	68.103	(23.886)	(18.025)	(7.460)	(81.235)
Saldo em 2023	(858.224)	(219.904)	(32.292)	(27.974)	(15.213)	(1.143.730)
"Impairment"						
Saldo em 01/01/2022						
Movimentação	(2.376.210)	(248.306)	(14.934)	(100.514)	(2.739.964)	(5.504.928)
Saldo em 2022	(2.376.210)	(248.306)	(14.934)	(100.514)	(2.739.964)	(5.504.928)
Movimentação	(936.628)	33.862	(11.665)	(3.620)	(40.984)	(943.750)
Saldo em 2023	(3.312.838)	(214.444)	(26.599)	(104.134)	(2.780.748)	(6.456.676)
Direito de uso líquido						
Saldo em 2022	179.809	124.639	22.281	49.150	251.240	427.077
Saldo em 2023	179.809	124.639	22.281	49.150	251.240	427.077

	CONSOLIDADO						
	Torres	Espaço físico	Lojas	Veículos	Imóveis	Energia distribuída	Total
Custo do arrendamento (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2022	2.708.579	760.168	172.622	129.644	73.490	25.895	3.870.398
Incorporação de controladas	203.516	167.144	1.836	76.719	9.763	2.473	461.451
Modificações contratuais	336.424	73.658	3.897	32.541	79.606	526.126	937.156
Adições	(106.959)	(340.624)	(174.458)	(96.508)	(48.641)	(767.190)	(1,383,570)
Baixas	3.141.560	660.346	38.820	57.145	107.974	4.090.785	8,282,130
Modificações contratuais	212.171	32.048	(8.938)	12.719	(6.680)	12.708	267.366
Adições	876.150	14.479	(147.896)	28.276	918.905	1,071,008	2,000,957
Baixas	(58.819)	(147,896)	(28,596)	(2,713)	(238,374)	(547,898)	(1,003,244)
Saldo em 2023	4.171.062	558.987	38.820	48.207	148.958	5.042.597	9,966,034
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2022	(522.190)	(223.719)	(95.027)	(79.935)	(41.967)	(2.328)	(965.166)
Incorporação de controladas	(197.504)	(134.512)	(3.566)	(53.664)	(11.814)	(5.132)	(406.192)
Despesas de depreciação	(45.656)	(126.000)	(9.593)	(57.062)	(35.778)	(21.777)	(336.866)
Baixas	(765.350)	(232.231)	(23.886)	(76.537)	(18.003)	(7.460)	(1,099,518)
Despesas de depreciação	(111.927)	(55.776)	(8.416)	(8.416)	(176.119)	(199,358)	(360,635)
Baixas	19.053	68.103	(23.886)	(18,025)	(7,460)	(81,235)	(100,635)
Saldo em 2023	(858.224)	(219.904)	(32.292)	(27.974)	(15.213)	(1,190,985)	(1,453,730)
"Impairment"							
Saldo em 01/01/2022							
Movimentação	(2.376.210)	(248.306)	(14.934)	(100.514)	(2.739.964)	(5.504.928)	(10,009,856)
Saldo em 2022	(2.376.210)	(248.306)	(14.934)	(100.514)	(2.739.964)	(5.504.928)	(10,009,856)
Movimentação	(936.628)	33.862	(11.665)	(3.620)	(40.984)	(959.035)	(1,038,536)
Saldo em 2023	(3.312.838)	(214.444)	(26.599)	(104.134)	(2.780.748)	(6,456,676)	(11,048,392)
Direito de uso líquido							
Saldo em 2022	179.809	124.639	22.281	49.150	251.240	427.077	927,077
Saldo em 2023	179.809	124.639	22.281	49.150	251.240	427.077	927,077

	CONTROLADORA				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 01/01/2022		5.134.470	14.478.133	897.343	20.509.946
Incorporação Oi Móvel	4.021	2.301.062	166.851	10.001	2.498.935
Adições	89.847	6.110	115.736	25.279	111.972
Baixas	(43.503)				(43.503)
Transferências	(89.844)	90.005	24.707	(24.868)	90.005
Saldo em 2022	4.024	7.662.664	14.669.691	907.755	23.244.134
Adições	185.281	153	(1.509)	185.434	369.309
Baixas	(185.536)	185.536			
Saldo em 2023	3.769	7.840.480	14.669.691	906.246	23.240.186
Amortização acumulada					
Saldo em 01/01/2022		(5.254.837)	(11.070.948)	(836.774)	(17.162.559)
Incorporação Oi Móvel		(1.033.843)	(139.108)	(7.853)	(2.080.804)
Despesas de amortização		(188.312)	(853.847)	(4.450)	(1,046,609)
Baixas		25.581			25.581
Saldo em 2022		(7.271.411)	(12.063.903)	(849.107)	(20.184.421)
Despesas de amortização		(184.512)	4.103	(180.409)	(360.818)
Baixas		58			58
Saldo em 2023		(7.455.865)	(12.063.903)	(845.004)	(20.364.772)
"Impairment"					
Saldo em 01/01/2022					
Movimentação		(2.605.788)	(54.530)	(2.660.318)	(5.266.636)
Saldo em 2022		(2.605.788)	(54.530)	(2.660.318)	(5.266.636)
Movimentação					
Saldo em 2023		(2.605.788)	(54.530)	(2.660.318)	(5.266.636)
Intangível líquido					
Saldo em 2022	4.024	391.253	4.118	399.395	825.000
Saldo em 2023	3.769	384.615	6.712	395.096	820.192
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	26%	

	CONSOLIDADO				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 01/01/2022	4.509	8.102.234	14.699.429	1.073.400	23.879.572
Adições	90.452	1.796	111.734	203.982	306.964
Baixas	(90.452)	(65.351)	(1.049)	(66.400)	(223.252)
Transferências	(89.944)	90.005	68.337	(68.498)	90.005
Saldo em 2022	5.117	8.158.476	14.767.766	1.115.587	24.046.946
Adições	185.602	153	(1.509)	185.434	369.580
Baixas	(185.536)	185.536			
Saldo em 2023	4.160	8.235.177	14.669.691	932.350	23.841.378
Amortização acumulada					
Saldo em 01/01/2022		(7.564.200)	(11.299.794)	(1.014.156)	(19.878.150)
Incorporação Oi Móvel		(214.740)	(862.184)	(36.119)	(1,113,043)
Despesas de amortização		(46.992)	(1.039)	(48.031)	(50.062)
Baixas		(5.452)			(5.452)
Saldo em 2022		(7.737.400)	(12.161.978)	(1,049,236)	(20,948,614)
Despesas de amortização		(189.972)	4.059	(185.913)	(371,826)
Baixas		367.943	(1,308)	366.635	766,230
Transferências		(275.974)	98.075	(177.899)	(255,798)
Saldo em 2023		(7.835.403)	(12,063,903)	(868,586)	(20,767,892)
"Impairment"					
Saldo em 01/01/2022					
Movimentação		(2.605.788)	(54.530)	(2.660.318)	(5,266,636)
Saldo em 2022		(2.605.788)	(54.530)	(2.660.318)	(5,266,636)
Movimentação					
Saldo em 2023		(2.605.788)	(54.530)	(2.660.318)	(5,266,636)
Intangível líquido					
Saldo em 2022	5.117	421.076	4.118	399.395	10,135,000
Saldo em 2023	4.160	393.492	9.234	406.886	9,574,542
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	26%	

18. FORNECEDORES

	CONTROLADORA¹		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Serviços	4.941.445	3.788.649	4.701.650	3.716.189
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	252.160	242.277	252.219	242.308
Aluguel de infraestrutura	620.275	358.746	620.275	358.747
Outros	222.538	254.648	255.614	285.272
Ajuste a valor presente (*)	(416.799)	(447.437)	(407.765)	(465.785)
Total	5.617.919	4.196.883	5.421.983	4.126.731
Circulante	5.047.057	3.807.462	4.871.350	3.727.918
Não circulante	570.862	389.421	550.633	408.813

* Estes montantes incluem saldos com partes relacionadas conforme Nota 26.
(*) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 14,6% a.a. e 16,4% a.a. considerando as maturidades dos passivos.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos e financiamentos por natureza				
Principal	28.181.148	24.636.441	25.485.857	22.302.491
Juros	2.012.523	2.109.015	2.012.523	2.109.015
Total	30.193.671	26.745.456	27.498.380	24.411.506
Composição da dívida por moeda				
Moeda nacional	2.619.213	2.379.449	2.619.213	2.379.449
Moeda estrangeira	8.671.811	9.179.182	8.671.811	9.179.182
Total	11.291.024	11.558.631	11.291.024	11.558.631
Composição da dívida por prazo				
Curto prazo	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Médio prazo	19.181.148	13.636.441	14.485.857	11.302.491
Longo prazo	8.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000
Total				

continuação



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Cronograma de vencimento

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	ANATEL	Acordos de capacidade
2025	737.265	761.391
2026	728.885	831.768
2027	728.885	649.480
2028	728.885	575.841
2029 a 2032	4.278.247	21.026
2033 e exercícios seguintes	356.522	
Ajuste a valor presente	(2.951.378)	(1.330.156)
Não circulante	4.607.311	1.509.350
Circulante	650.056	256.013
Total	5.257.367	1.765.363

(i) A Companhia reconheceu, em anos anteriores, determinados acordos de capacidade tanto de cabos submarinos como a Vtal quanto de segmento espacial como obrigação onerosa, em virtude das obrigações contratuais excederem os benefícios econômicos que se esperava receber ao longo do contrato, e por se tratarem de custos inevitáveis, consoante o CPC 25/IAS 37.

Em 2023, conforme mencionado na Nota 1, a Companhia e a Vtal celebraram Contrato de Cessão Onerosa de Sucata e Outras Avenças que envolve a compra de cabos de rede de cobre desativados e inservíveis da Oi pela Vtal, em regime de exclusividade e a redução em até 72% das obrigações do acordo de cessão de direito de uso de fração de espectro de fibras ópticas apagadas ("Contrato LTLA"), relacionado aos cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul, para o período de 2025 a 2028. Considerando que o contrato de cessão de sucata com quitação de montante compensável com o Contrato LTLA são transações interligadas e interdependentes, tais transações foram avaliadas para fins contábeis, de acordo com CPC 48/IFRS 9, como liquidadas a valor líquido e mensuradas a valor justo por meio do resultado, o que gerou uma redução do passivo do Contrato LTLA e correspondente impacto no resultado, no montante de R\$ 3.051 milhões (Nota 5). Os valores que serão efetivamente realizados futuramente pela Companhia poderão diferir dos valores atualmente estimados, em razão das premissas utilizadas dependerem de fatores que serão concretizados futuramente. Esses fatores podem resultar em impacto material no valor da obrigação em períodos futuros. A cada encerramento de exercício, a Companhia reavaliará as principais premissas utilizadas na preparação das projeções e ajustará a obrigação, quando for necessário.

As obrigações contratuais de acordos de capacidade foram mensuradas a valor presente, descontados por taxas que variam, principalmente, entre 13,41% a.a. e 20,95% a.a.

(ii) Crédito da Agência Reguladora de acordo com o previsto no Aditamento ao PRJ, cujo montante inscrito em dívida ativa foi objeto de assinatura em maio de 2022 de novo Instrumento de Reputação e Transação com base nos preceitos da Lei 13.988/2020 combinada com a Lei nº 14.112/2020. O crédito com a ANATEL foi trazido a valor presente pela taxa de desconto de 17,07% a.a.

(iii) Representado principalmente por R\$ 1.164 milhões de receitas a apropriar de valores recebidos antecipadamente pela cessão do direito à operação comercial e uso de ativos de infraestrutura que são reconhecidos na receita pelo período efetivo dos contratos.

(iv) Representado por obrigações contratuais decorrentes do fechamento da alienação da UPI InfraCo, relativamente a segregações contratuais e física de sistemas e de plataformas de redes, a serem liquidadas até o final de 2027, descontadas a valor presente a taxa de desconto de 13,81% a.a., considerando a maturidade dos passivos.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em AGE realizada em 1 de dezembro de 2022, foi aprovada a proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, ambas na proporção de 10 ações de cada espécie para uma ação da mesma emissão ("Grupamento").

Transcorrido, em 6 de janeiro de 2023, o prazo para que os titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia ajustassem, ao seu livre e exclusivo critério, suas posições acionárias, por espécie, em lotes múltiplos de 10 ações, mediante negociações na B3, de forma a permanecerem integrando o quadro acionário da Companhia após a efetivação do grupamento, a partir de 9 de janeiro de 2023, inclusive, as ações representativas do capital social da Companhia passaram a ser negociadas exclusivamente no mercado de capitais.

As frações de ações ordinárias ou preferenciais resultantes do Grupamento serão separadas, agrupadas em números inteiros, e vendidas em um ou mais leilões realizados na B3, sendo os valores resultantes da alienação disponibilizados em nome do respectivo acionista detentor de frações.

Na oportunidade da AGE foi aprovada, ainda, a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o grupamento aprovado.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.538.937 (2022 - R\$ 32.538.937), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2023	2022
Capital total em ações		
Ações ordinárias	644.531	644.531
Ações preferenciais	15.773	15.773
Total	660.304	660.304

(b) Ações em tesouraria

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Ações em circulação

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Total em circulação

Provisões para planos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	CONSOLIDADO	
	2023	2022
Passivos atuariais		
Obrigações financeiras - Plano BrTPREV (i)	787.766	891.238
Plano PAMEC	6.966	6.080
Total	794.732	897.318
Não circulante	794.732	897.318

(i) A Companhia possuía contrato de obrigações financeiras firmado com a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. O respectivo crédito da Fundação Atlântico com a Oi está sujeito aos termos do PRJ.

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras
A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	CONSOLIDADO	
	2023	2022
Ativos atuariais		
Plano TCSPREV	74	6.115
Plano CELPREV	277	
Plano PBS-TNC	488	
Total	664	6.880
Circulante	664	779
Não circulante		6.101

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

(i) FATL
A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciárias e não lucrativas, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos
(i) PBS-Telemar
É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNPJ sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão.

A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% da folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) TelemarPrev
É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPJ sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) TCSPREV
É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, fechado a novas adesões, inscrito no CNPJ sob o nº 2000.0028-38.

Em 30 de novembro de 2018, data da efetiva incorporação, o Plano de Benefícios TCSPREV incorporou o Plano de Benefícios BrTPREV (CNPB nº 2002.0017-74), tornando-se sucessor universal dos direitos e obrigações deste Plano, assumindo todos os seus ativos e passivos. A citada incorporação foi aprovada pela Portaria PREVIC nº 995, de 24 de outubro de 2018, publicada no DOU nº 208 em 29 de outubro de 2018.

Com o reconhecimento e registro da incorporação, os Participantes e Beneficiários vinculados ao BrTPREV tornam-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do TCSPREV, respeitando-se as categorias dos Beneficiários no dia anterior à data da incorporação.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória dos Participantes Ativos do TCSPREV e BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, que poderá variar de 3% a 8% sobre o Salário-de-Participação, de acordo com a idade e escolha do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo, anteriormente incorporado pelo BrTPREV, corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar o maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras.

Observados os critérios regulamentares, as contribuições de Patrocinadoras, relativas a Participantes do TCSPREV e BrTPREV, cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que o Participante completar 60 anos de idade, 10 anos de Serviço Creditado e 10 anos de vinculação ao Plano.

Para os participantes migrados do Plano PBS-TCS para o Plano TCSPREV, as contribuições de Patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o Participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao Plano TCSPREV, 10 anos de Serviço Creditado na Patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da Previdência Social.

A Contribuição Voluntária de Participantes do TCSPREV e BrTPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22%, em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação.

A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a uma UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV) ou a uma UPBRT (Unidade Previdenciária BrT), respectivamente. Não há contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntárias ou Esporádicas do Participante.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iv) PBS-TNC
É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNPJ sob o nº 2000.0013-19.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-TNC corresponde ao somatório de: (i) 0,28% a 0,85% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 0,57% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão, e (iii) 6,25% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a um percentual sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, conforme definido anualmente no Plano de Custeio.

A contribuição dos Participantes Assistidos (apenas para os que recebem abono de aposentadoria) equivale um percentual a ser fixado anualmente no Plano de Custeio, incidente sobre o benefício global, limitada ao valor do abono.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(v) CELPREV
É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Definida, inscrito no CNPJ sob o nº 2004.0009-29.

Em 12 de janeiro de 2018, através da Portaria nº 22 publicada no DOU em 16 de janeiro de 2018, a PREVIC aprovou o novo texto do Regulamento do Plano, contemplando o fechamento da massa de participantes do CELPREV, sendo vedada novas adesões.

A Contribuição Normal Básica de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0%, 0,5%, 1%, 1,5% ou 2%, conforme opção, sobre o seu Salário-de-Participação (SP). As Patrocinadoras contribuirão com valor equivalente a essa Contribuição, deduzida a Contribuição mensal e obrigatória de sua responsabilidade necessária ao custeio do Risco (Benefício de Auxílio-Doença).

A Contribuição Normal Adicional de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0% a 6%, em múltiplos de 0,5%, conforme opção, sobre o Salário-de-Participação que exceder a 10 Unidades de Referência do Plano (URP). As Patrocinadoras contribuirão com igual valor.

A Contribuição Voluntária de Participante corresponderá ao percentual em número inteiro, livremente escolhido pelo mesmo, aplicado sobre o Salário-de-Participação. Não haverá contrapartida da Patrocinadora sobre o valor desta contribuição.

A Contribuição Eventual da Patrocinadora será voluntária e corresponderá a aplicação de um percentual entre 50% e 150% da soma das contribuições Normal Básica e Normal Adicional da Patrocinadora, de acordo com critérios consistentes e não discriminatórios, eletuada em frequência por ela determinada.

A Contribuição Especial de Patrocinadora é específica para os novos entrados no Plano, no prazo de 90 dias a contar de 18 de março de 2004.

A Contribuição de Risco, mensal e obrigatória de Patrocinadora, necessária à garantia do custeio do Benefício de Auxílio-Doença, corresponderá a um percentual sobre a folha de Salário-de-Participação dos Participantes Não Migrantes.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

2) SISTEL
A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciárias, assistenciais e não lucrativas, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir e operar planos privados de concessão de



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

A estratégia de remuneração da Companhia, desde 2019, quando foram aprovados em Assembleia os Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP), é de concentrar a maior parte do pacote de remuneração nas componentes variáveis sujeitos ao cumprimento de metas de "performance" e a menor parte em salários fixos.

Os Planos de ILP outorgados previam outorgas de ações anuais ao longo de três anos, com possibilidade de "vestings" anuais, caso as condições mínimas de "performance" fossem atingidas. Já o plano aprovado para o Diretor Presidente, previa outorga única de ações, com possibilidade de "vesting" ao final do período do plano, condicionado ao atingimento das métricas de desempenho.

Tendo em vista as condições atuais do mercado e da Companhia, que vem passando por uma grande transformação do negócio, o Conselho de Administração, a partir de análises e proposta elaborada pela Companhia e pelo Comitê de Gente, Nomeações e Governança Corporativa, aprovou o cancelamento das outorgas e dos Planos de Incentivo de Longo Prazo dos Executivos e o Plano Extraordinário do Diretor Presidente, ambos submetidos e aprovados em Assembleia Geral de Acionistas em 2019 e 2021, respectivamente. Além disso, foi aprovada a suspensão momentânea das outorgas do Novo Plano de ILP baseado em ações para os Executivos, aprovado em Assembleia Geral de Acionistas em 2022. Desta forma, atualmente o "mix" de remuneração dos Executivos e do Conselho de Administração se descola da estratégia de remuneração perseguida pela Companhia, uma vez que deixa de prever momentaneamente qualquer parcela de incentivo de longo prazo baseado em ações.

Reconhecendo a importância deste mecanismo na estratégia de remuneração da Companhia e visando o alinhamento aos interesses dos acionistas no longo prazo, tão logo se conclua o processo de reestruturação da dívida financeira junto aos credores, a Companhia e o Conselho de Administração avaliarão as condições de mercado e do negócio para elaborar um novo plano de incentivos de longo prazo baseado em ações, o qual será submetido à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

	2023	2022
Oi Fibra	4.421.170	3.999.484
Oi Soluções	2.740.616	2.780.141
Serviços Legados	2.004.231	3.187.828
Outros serviços e negócios	446.374	403.863
Receita operacional líquida	9.612.391	10.371.316
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(1.530.624)	(4.200.711)
Interconexão	(77.151)	(136.510)
Pessoal	(1.904.193)	(1.852.807)
Serviços de terceiros	(3.485.352)	(3.615.484)
Serviços de manutenção de rede	(605.141)	(476.228)
Publicidade e propaganda	(273.064)	(250.907)
Aluguéis e seguros	(3.892.021)	(2.860.460)
Provisões	(344.487)	(114.547)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(263.800)	(78.642)
Perda ao valor recuperável dos ativos	(2.091.587)	(14.249.077)
Tributos e outras receitas e (despesas)	742.322	820.899
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.275.885	(1.630.091)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	(1.836.822)	(2.873.249)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	1.976.478	3.616.856
Despesas financeiras	(7.168.661)	(6.971.928)
Resultado antes dos tributos	(7.029.005)	(21.628.321)
Imposto de renda e contribuição social	1.039.425	(2.600.224)
Prejuízo das operações continuadas	(5.989.580)	(24.228.545)
Operações descontinuadas		
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos) (Nota 28)	542.136	4.958.597
Prejuízo do exercício	(5.447.444)	(19.269.948)

Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a reconciliação entre as receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	2023	2022
Receita operacional líquida		
Receitas relativas ao segmento reportado	9.612.391	10.371.316
Receitas relativas a outros negócios	105.309	113.914
Receita operacional líquida consolidada (Nota 5)	9.717.700	10.485.230
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:		
	2023	2022
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	(1.836.822)	(18.273.249)
Outros negócios	31.635	8.371
Resultado antes do resultado financeiro e tributos de operações continuadas (Nota 5)	(1.805.187)	(18.264.878)

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de dezembro de 2023, são como segue:

	2023				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	25.632.297	53.249.560	3.515.010	395.096	726.373
Investimentos internacionais	491.664	157.796	52.755	11.790	18.722

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

Em virtude da alienação do controle da Vtal, ocorrida em junho de 2022, os quadros abaixo apresentam tão somente as transações com a Vtal do período em que a mesma era controlada da Oi. As transações, do período posterior a alienação do controle da Vtal, são apresentadas nos quadros dessa nota intitulados de "Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas."

	CONTROLADORA	
	2023	2022
Ativo		
Contas a receber	6	7.361
Tahto		553
Sereide	6	6.808
Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	10.061.389	9.779.130
PTIF	6.683.055	6.435.571
Oi Holanda	3.376.705	3.252.869
Sereide	89.426	
Pointer	1.629	1.264
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	6.024	12.259
Oi Serviços Financeiros	4.096	7.321
Rio Alto	1.785	
Tahto	1.756	1.756
Oi Soluções	172	1.397
Adiantamentos a fornecedores e outros	353.468	451.974
Oi Holanda	361	7832
PTIF	2.666	654
CVTEL	2.511	2.613
Sereide	307.330	440.875
Tahto	40.600	
Passivo		
Fornecedores	269.045	170.389
Tahto	140.333	85.488
Sereide	128.712	84.901
Débitos com partes relacionadas (i)	3.720.086	3.251.863
Oi Holanda	3.720.086	3.251.863
Demais obrigações	32.116	26.757
Tahto	148	116
Rio Alto		975
Oi Investimentos		15.165
PT Participações	31.968	10.501

(i) "Intercompanias" novados ou contratados no âmbito da implementação do Plano da 1ª Recuperação Judicial da Companhia. Os valores demonstrados estão líquidos de AVU.

	CONTROLADORA	
	2023	2022
Receitas		
Receita dos serviços prestados	1.428	86.855
Vtal		18.845
Oi Móvel		59.643
Sereide	1.428	787
Cozani		3.083
Jonava		2.734
GariIriava		1.756
Paogo Administradora		7
Outras receitas operacionais	2.312	36.820
Vtal		30.131
Oi Móvel		4.271
Sereide	1.634	2.418
Tahto	678	
Receitas financeiras	972.526	1.042.760
Vtal		131.197
Oi Holanda	326.891	303.267
PTIF	644.538	596.453
Pointer	203	
Sereide	894	11.843
Custos/Despesas		
Custos e despesas operacionais	(908.921)	(1.866.983)
Vtal		(1.069.285)
Oi Móvel		(5.195)
Tahto	(358.719)	(341.559)
Sereide	(526.371)	(439.935)
Lernvig	(23.831)	
Cozani		(5.494)
Jonava		(3.397)
GariIriava		(2.111)
Paogo Administradora		(7)
Despesas financeiras	(6.222)	(12.699)
Vtal		(5.494)
Oi Móvel		(3.072)
Tahto	(6.222)	(6.631)
Vtal		(1.477)
PT Participações		(1.509)
Variáveis cambiais, líquidas	(3.277.979)	(825.525)
Oi Holanda	(2.773.871)	(527.000)
PTIF	(504.108)	(298.525)
Créditos com partes relacionadas		

A Companhia pode conceder linhas de crédito às suas controladas com a finalidade de fornecer capital de giro para as suas atividades operacionais. Para estes casos, o prazo de vencimento pode ser reequilibrado caso haja fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2022 e 115% do CDI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve a abertura de novos contratos de mútuo.

As linhas de crédito "intercompany" vigentes em 31 de dezembro de 2023, estão sujeitas aos efeitos da Nova Recuperação Judicial e serão os tratamentos previstos no Novo PRJ (Nota 1) a ser submetido à votação pelos Credores Concursais em Assembleia Geral de Credores.

Garantias

A Companhia e as demais Requerentes serão solidariamente responsáveis por todas as obrigações estabelecidas no Novo PRJ, após sua aprovação.

Oi Futuro

Desde 2001, a Oi reforça seu compromisso com a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva por meio de projetos e programas desenvolvidos pelo Oi Futuro, seu Instituto de Inovação e criatividade para impacto social. Constituído legalmente como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Oi Futuro está presente em todas as regiões do país com atuação nas áreas de Cultura, Educação e Inovação Social contribuindo para a pauta ESG (Environmental Social Governance) e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas contribuições ao Oi Futuro no montante de R\$ 5.608 (2022 – R\$ 5.666).

Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Ativo				
Contas a receber	134.480	102.605	177.765	163.400
Vtal	134.480	102.605	177.765	163.400
Dividendos a receber	50	23	50	23
AIX	50	23	50	23
Outros	54.219	123.533	54.219	123.533
Vtal	54.219	123.533	54.219	123.533
Passivo				
Fornecedores	1.156.623	1.252.255	1.156.641	1.252.280
Vtal	1.156.623	1.252.255	1.156.641	1.252.280
Provisões	20.999	20.999	20.999	20.999
Vtal	20.999	20.999	20,999	20,999
Demais obrigações	1.379.501	4.383.365	1.383.758	4.385.620
Vtal (*)	1.379.501	4.383.365	1.383.758	4.385.620

(*) R\$ 776.071 referente ao Contrato LTLA (obrigação onerosa) com a Vtal e R\$ 603.430 referente a obrigações contratuais decorrentes do fechamento da alienação da UPI InfraCo, relativamente a segregações contratuais e físicas de sistemas e de plataformas de redes (Nota 22).

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Receita dos serviços prestados	9	3.372	371.174	371.663
Vtal	9	3.372	371.174	371.663
Outras receitas	8.131	8.131	8.131	8.131
Vtal	8.131	8.131	8.131	8.131
Receitas financeiras	22.791	22.791	22.791	22.791
Vtal	22.791	22.791	22.791	22.791
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(2.713.182)	(3.161.408)	(2.713.188)	(3.169.342)
Vtal	(2.713.182)	(3.161.408)	(2.713.188)	(3.161.417)
AIX				(7925)
Despesas financeiras	(11.442)	(27.751)	(11,442)	(27,751)
Vtal	(11,442)	(27,751)	(11,442)	(27,751)

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no curso normal da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e o aluguel de infraestrutura dessas entidades.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, conforme quadro a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Benefícios de curto prazo a administradores (i)	27.700	50.813	36.572	58.215
Remuneração com base em ações		14.678	828	15.155
Total	27.700	65.489	37.400	73.370

Os valores demonstrados, não consideram os impactos referentes a encargos sociais conforme decisão manifestada pelo Colegiado em 8 de dezembro de 2020 (Processo CVM nº 19957007457/2018-10) e informado no Ofício de janeiro de 2021.

(i) Ordenados, salários, honorários, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus, benefícios não-monetários (tais como assistência médica, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Com a aprovação da Verba Global dos Administradores na AGO – Assembleia Geral Ordinária realizada em 4 de julho de 2023, a Companhia passou a reconhecer na Remuneração do Pessoal Chave da Administração a provisão contábil relacionada ao Programa de Retenção para os Diretores Estatutários.

27. SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos à propriedade, que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem a concessão e seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

	CONSOLIDADO	
	2023	2022
Modalidade de seguro		
Riscos operacionais e lucros cessantes – Despesas fixas	800.000	800.000
Responsabilidade civil – terceiros (*)	254.170	260.885
Responsabilidade civil – geral	30.000	30.000
Responsabilidade civil - veículos	2.000	2.000

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31 de dezembro de 2023 (ptax): R\$ 5,0834 = US\$ 1,00

28. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2023	2022
Ativos		
Alienação de ativos	18.845	74.1432
Alienação de imóveis	9.966	11.265
Total	9.966	752.697
Alienação de ativos		
Em 2022, os ativos "sites" de infraestrutura de telecomunicações de Torres e os ativos de TV foram classificados como mantidos para venda, por atenderem aos critérios determinados pelo CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, principalmente devido aos seus valores contábeis serem recuperados por meio de transação de venda em vez do uso contínuo.		
(a) Ativos de Torres		
Conforme mencionado na Nota 1, em 12 de julho de 2023, foi concluída a alienação das ações representativas da totalidade do capital social da Lernvig, detentora de parte da infraestrutura de torres reversíveis e não reversíveis do Grupo Oi, à NK 108, com recebimento pela Companhia de parcela à vista em dinheiro, no montante de R\$ 905.107, correspondente ao Preço de Compra Preliminar subtraído das despesas previstas no Primeiro Aditamento ao Contrato Torres 2. Como resultado da operação de alienação dos ativos de torres da Lernvig, a Companhia reconheceu um ganho no resultado de operações continuadas de R\$ 690.170 (Nota 5).		
(b) Ativos de TV		

Notificação sobre Rescisão Unilateral de "Term Sheet" para Transferência da Base DTH e Utilização da Infraestrutura de IPTV

No contexto da transação proposta no "Term Sheet" dos Principais Termos da Transação celebrado em 28 de abril de 2022 entre a Companhia e a SKY Serviços de Banda Larga Ltda. ("SKY"), em que a SKY se comprometeu a adquirir a Base DTH da Oi e a Oi concordou em transferir a Base DTH para a SKY e prestar à SKY os serviços relacionados à Infraestrutura IPTV ("Instrumento" e "Transação"; respectivamente), a Oi recebeu, em 2 de outubro de 2023, notificação enviada pela SKY de rescisão unilateral do Instrumento e do protocolo antitruste a ele anexado sob fundamento de não terem sido alcançados termos viáveis para a renegociação da Transação ("Notificação").

Considerando (i) as sucessivas interações mantidas entre as Partes, primeiro com a participação da AT&T (antiga controladora da SKY), depois com o grupo Warthen, e (ii) a colaboração integral da Oi para a realização da "Due Diligence", fornecendo à SKY todas as informações necessárias para confirmação das informações relevantes após a celebração do Instrumento, a Companhia informou ao mercado que considera a rescisão unilateral da Transação em desacordo com os

→ continuação



OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Oi S.A. - Em Recuperação Judicial

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais da Oi S.A.- Em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas materiais e outras informações elucidativas.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras acima referidas da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião

Durante o exercício de 2023, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 5.430.918 mil (controladora) e R\$ 5.427.756 mil (consolidado), havia acumulado até 31 de dezembro de 2023, prejuízos de R\$ 63.298.133 mil (controladora e consolidado), bem como apresenta patrimônio líquido negativo de R\$ 27.318.349 mil (controladora) e R\$ 27.283.395 mil (consolidado) e passivos no valor total de R\$ 63.162.700 mil (controladora) e R\$ 63.407.356 mil (consolidado). Conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, após o encerramento do processo da primeira recuperação judicial, ocorrido em 14 de dezembro de 2022, com sentença de encerramento publicada no Diário Oficial de Justiça em 10 de janeiro de 2023, a Companhia, em conjunto com suas controladas holandesas, ajuizou, em 1º de março de 2023, novo pedido de recuperação judicial ("Novo PRJ"), em caráter de urgência, deferido em 16 de março de 2023. A versão mais recente do Novo PRJ divulgada pela Companhia, em 25 de março de 2024, estabeleça as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômico-financeira das Requerentes e à continuidade de suas atividades.

Em 26 de março de 2024, foi retomada a Assembleia Geral de Credores (AGC)" e, a Companhia chegou a um termo com relação aos termos e condições comerciais ("Term Sheet Comercial") com credores titulares de créditos que representam a maioria dos créditos concursais presentes à AGC, incluindo os Credores Financeiros e credores fornecedores "take or pay", em particular os credores fornecedores de torres e capacidade satelital. A conclusão das negociações dependerá da finalização e aprovação dos documentos necessários para refletir os termos e condições do Term Sheet Comercial, incluindo o Novo PRJ e seus anexos, o que foi confirmado durante a AGC pelos representantes dos credores mencionados. Colocada a matéria em votação, foi aprovada pela maioria dos credores presentes nova suspensão da AGC, com a prorrogação do "stay period" até a conclusão da AGC que deliberar sobre o Novo PRJ. A AGC será retomada no dia 10 de abril de 2024 para aprovação. Após essa aprovação, o Novo PRJ necessitará ser homologado pelo juiz da recuperação judicial.

Também, conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, com o propósito de facilitar o processo de aprovação do Novo PRJ, a Companhia e suas controladas vêm empreendendo esforços, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, mediante a condução de negociações com credores financeiros e não financeiros, visando a repactuação de dívidas, em especial as financeiras, fortalecimento da sua estrutura de capital e otimização de sua liquidez e perfil de endividamento. Essas negociações incluem, entre outros, a assinatura de financiamento extracurricular na modalidade "debtor-in-possession" (DIP AHG ORIGINAL), no valor de USD 275 milhões, ocorrida em 21 de abril de 2023, e acordo de apoio à reestruturação e de "lockup" com a maioria dos credores financeiros, presente em andamento. Em 7 de junho de 2023, após o cumprimento de determinadas condições precedentes pelas Requerentes, operou-se o desembolso da primeira "tranche" do Financiamento DIP AHG ORIGINAL no valor de US\$ 200 milhões. Em 26 de setembro de 2023, a Companhia chegou a um acordo sobre os termos e condições para a concessão pelo Banco BTG Pactual S.A., de um novo crédito na modalidade "debtor in possession" no valor de US\$ 300 milhões ("Novo Financiamento DIP"). Contudo, em 20 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu dos Credores Financeiros, signatários do Financiamento DIP AHG Original, uma proposta alternativa atualizada e concorrente àquela apresentada pelo BTG para o refinanciamento de dívidas da Companhia, na modalidade "debtor in possession" (DIP) ocasionando o consequente aditamento ao DIP AHG Original e dos instrumentos relacionados à respectiva alienação fiduciária firmados com a Companhia em 21 de abril de 2023 ("Proposta Concorrente AHG"). Além de termos e condições mais benéficos àquela apresentada pelo BTG, a Proposta Concorrente AHG traz uma liquidez adicional de US\$ 125 milhões para a Companhia, em relação ao DIP AHG Original. Em 11 de janeiro de 2024, foi firmado o "Amended and Restated Note Purchase Agreement" com os Credores Financeiros ("Amended and Restated NPA"), em termos e condições mais benéficas à Companhia, em relação àquelas constantes do Novo Financiamento DIP. Em 26 de janeiro de 2024, após o cumprimento das condições precedentes pela Companhia previstas no "Amended and Restated NPA" foi realizado o desembolso da terceira "tranche" prevista no referido instrumento, resultando na liquidez adicional de US\$ 125 milhões para a Companhia em relação ao Financiamento DIP AHG Original.

Adicionalmente, a geração futura de caixa operacional suficiente para investimentos e pagamento de suas obrigações depende, também, do sucesso na implementação do Plano Estratégico de negócios das atividades remanescentes "core" da Companhia e na readequação da sua estrutura de custos, bem como da busca e criação de novas fontes de receita, especialmente na área de soluções digitais e conexões de fibra ótica. Considerando esse conjunto de elementos e a pervasividade envolvida no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, entre outros descritos nas notas explicativas, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem neste momento reunir evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir que o pressuposto de continuidade e a correspondente base para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023 são apropriados.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Fomos contratados também para examinar, em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração

da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa demonstração em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Cáren Henriete Macchin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" TC

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 09/04/2024

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/04/09/OI1575380209042024.pdf>
Hash: 17125977601e019aa076754506af00e11dc2b1d011